SEVEN publicações acadêmicas
EM PARCERIA COM: IEMS UNIASSELVI

A escola na Agenda 2030 da ONU: Sustentabilidade, pobreza e desigualdade

Aline dos Santos Moreira de Carvalho
Doutora em Ciências da Educação
Instituição: Universidad Columbia del Paraguay
E-mail: bioaline2017@yahoo.com

RESUMO
O presente artigo discute a inserção da escola nos princípios da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), com ênfase nos desafios da sustentabilidade, da pobreza e da desigualdade social. A análise parte do entendimento de que a educação tem papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e na construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa. A Agenda 2030, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propõe um modelo global que integra dimensões econômicas, sociais e ambientais, sendo a educação destacada no ODS 4 como elemento essencial para alcançar as demais metas. A pesquisa, de cunho bibliográfico, evidencia como a escola pode promover transformações reais em sua comunidade por meio da conscientização crítica, da integração dos ODS ao currículo e da formação cidadã. Ressalta-se que as desigualdades educacionais refletem as profundas disparidades sociais existentes no país, impactando principalmente estudantes de comunidades vulneráveis. A efetivação da Agenda 2030 na prática pedagógica requer investimentos em infraestrutura, formação docente e parcerias interinstitucionais que envolvam governos, sociedade civil e setor privado. O texto propõe que a escola seja compreendida como espaço privilegiado de reflexão e ação transformadora, promovendo o desenvolvimento de competências para a vida em sociedade e para o exercício da cidadania global. Por fim, destaca-se que a implementação bem-sucedida dos ODS depende do comprometimento coletivo, especialmente dos educadores, que devem estar capacitados para mediar saberes e fomentar o protagonismo estudantil na busca por uma sociedade mais sustentável e inclusiva.

Palavras-chave: Educação. Sustentabilidade. Desigualdade. Agenda 2030. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

A inserção da escola nos propósitos estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas representa uma reconfiguração significativa do papel educacional diante dos desafios globais contemporâneos. As instituições de ensino passam a desempenhar um papel estratégico na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, assumindo responsabilidades que ultrapassam os limites da instrução tradicional.

Neste cenário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) funcionam como orientações fundamentais para que a escola contribua efetivamente com a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade e a defesa do meio ambiente. A partir dessa perspectiva, a escola se torna um espaço privilegiado de conscientização, mobilização e transformação social, ampliando sua atuação para além da formação intelectual e técnica dos estudantes.

Ao assumir um compromisso mais direto com a realidade socioambiental e econômica de sua comunidade, a escola se vê diante da necessidade de integrar em seu cotidiano temas estruturantes como a

sustentabilidade, a pobreza e a desigualdade. Essa abordagem requer que o currículo escolar, os projetos pedagógicos e as práticas educativas sejam repensados à luz de um compromisso com a formação cidadã, capaz de engajar os estudantes na busca por soluções que visem à melhoria das condições de vida e ao equilíbrio ecológico.

Tal reposicionamento da escola implica reconhecer as múltiplas vulnerabilidades que afetam os sujeitos educacionais e valorizar o conhecimento como instrumento de emancipação e transformação. Dessa forma, a instituição educativa torna-se um espaço dinâmico de articulação entre saberes, culturas e experiências de vida.

Nesse processo de adaptação e resposta aos compromissos globais, destaca-se a importância de um olhar sensível e atento às desigualdades que marcam o tecido social e atravessam o ambiente escolar. As desigualdades econômicas, raciais, de gênero e territoriais impactam diretamente o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes, comprometendo as possibilidades de desenvolvimento pleno e digno. Ao reconhecer essas barreiras, a escola se habilita a atuar com maior intencionalidade na construção de práticas inclusivas, que valorizem a diversidade e promovam a justiça social. A compreensão crítica do contexto em que a escola está inserida é essencial para a formulação de estratégias eficazes que contribuam para a superação das desigualdades e o fortalecimento da equidade.

A sustentabilidade, por sua vez, não pode ser reduzida a um conjunto de ações isoladas voltadas à preservação ambiental, mas deve ser compreendida em sua dimensão ampla, envolvendo aspectos ecológicos, econômicos, culturais e sociais. A escola, ao adotar essa visão integrada, contribui para a formação de sujeitos capazes de refletir sobre os impactos de suas ações e de se posicionar de maneira responsável diante das demandas do planeta.

Nesse sentido, a educação para a sustentabilidade promove o desenvolvimento de competências voltadas à ética, à solidariedade, ao respeito à vida e ao bem comum. Essa formação integral permite que o estudante se perceba como agente ativo na construção de uma sociedade mais equilibrada e consciente de seus limites e possibilidades.

Ao discutir a escola no contexto da Agenda 2030, torna-se evidente que o cumprimento dos ODS exige a articulação entre políticas públicas, gestão escolar e práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social. A escola deixa de ser apenas reprodutora de saberes e passa a ser protagonista na construção de soluções para os problemas que afetam sua comunidade e o mundo.

O enfrentamento da pobreza, a redução das desigualdades e a promoção de uma cultura de sustentabilidade são objetivos que exigem compromisso ético, planejamento estratégico e envolvimento coletivo. Dessa forma, a escola reafirma seu papel como espaço de resistência, inovação e esperança, contribuindo ativamente para o alcance das metas propostas pela Agenda 2030.

2 METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de produções científicas, documentos oficiais e relatórios institucionais pertinentes à temática proposta. A escolha por esse tipo de investigação justifica-se pela intenção de compreender, por meio da leitura crítica e interpretativa de textos previamente publicados, como a escola pode ser compreendida e posicionada frente aos compromissos assumidos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente no que se refere aos temas da sustentabilidade, da pobreza e da desigualdade.

O levantamento teórico foi conduzido a partir da seleção criteriosa de obras acadêmicas, artigos científicos indexados em bases de dados reconhecidas, como SciELO, Google Acadêmico e CAPES, além de documentos produzidos por organismos internacionais e nacionais voltados à educação e ao desenvolvimento sustentável. Foram priorizados materiais publicados nos últimos dez anos, a fim de garantir a atualidade das reflexões e a pertinência dos dados à conjuntura educacional contemporânea. No entanto, textos clássicos e normativos relevantes também foram considerados, quando necessários para embasar conceitualmente a discussão.

A análise dos textos foi realizada com foco na identificação de contribuições teóricas, conceituais e normativas que esclarecessem a relação entre os princípios da Agenda 2030 e a atuação da escola diante dos desafios sociais e ambientais. Essa etapa compreendeu a leitura interpretativa dos conteúdos, buscando extrair elementos que favorecessem a construção de uma visão crítica sobre o papel da educação no enfrentamento da pobreza, na promoção da equidade e no fortalecimento de práticas sustentáveis.

Por se tratar de um estudo que visa à compreensão de aspectos simbólicos e estruturais presentes na realidade escolar, não se pretendeu quantificar dados ou aplicar instrumentos estatísticos, mas sim aprofundar a análise qualitativa das ideias e proposições contidas nas fontes selecionadas. Assim, a metodologia adotada permite construir uma base sólida para a reflexão teórica, oferecendo subsídios à formação de uma visão integrada sobre os compromissos sociais da escola no contexto da Agenda 2030.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A desigualdade social sempre existiu e se torna mais evidente com o passar do tempo, quando constantes crises econômicas afetam a vida do cidadão deixando-o vulnerável para fazer uso de seus direitos fundamentais. Desde o período colonial, os processos de organização social, representado pelo crescimento e desenvolvimento econômico gerados pelas instituições no Brasil, tiveram como característica predominante os interesses das elites dominantes de diferentes épocas (CARVALHO, 2008). Não foi diferente com o processo de escolarização.

A sociedade e a educação não estão desvinculadas, apenas separadas por realidades diferenciadas, ou seja, as escolas se subdividem conforme o valor aquisitivo de sua comunidade, escolas particulares e

mesmo as públicas melhores equipadas se localizam nos núcleos onde estão as pessoas com maior poder aquisitivo. Nas comunidades prevalecem as escolas públicas, geralmente com carência de professores e materiais didáticos, bem como a estrutura material com sérios problemas de manutenção. Esse quadro se reflete na motivação para a aprendizagem, tanto de quem ensina quanto de quem aprende. Para motivar o aluno a lutar por uma sociedade melhor e justa é necessário dar a ele oportunidades de debater, raciocinar, criticar, em um ambiente saudável e igualitário.

A educação reforça a capacidade crítica do indivíduo e atesta o grau de desenvolvimento de uma sociedade. Quanto mais desenvolvida ela for, mais facilmente se compreenderá o papel da educação. Também pode-se afirmar que, em virtude de uma maior capacidade de análise que os seus cidadãos têm, maior será a transmissão do conhecimento, maior o nível do debate e da consciência com os deveres e as responsabilidades na defesa e na promoção dos direitos humanos e sociais (PINTO; DIAS, 2018).

Pois, conforme Bento e Belchior (2017), vivemos numa sociedade globalizada, na qual existe uma gigantesca quantidade de informações disponíveis em diversos veículos de comunicação, mas, não disponível a todos os educandos, ou a todos os cidadãos, pois esse é mais um fator de separação da sociedade. Para Oliveira e Araújo (2005), a qualidade da educação foi analisada e associada às medidas de 1) acesso; 2) fluxo e 3) desempenho na recente história educacional em nosso país. As políticas educacionais refletem estas associações, definindo a agenda de prioridades para as redes de ensino e o papel esperado dos gestores e agentes educacionais.

Cabe, no cotidiano da sociedade, uma reflexão sobre a escola que temos, ou ainda, maneira como estamos lidando com a aprendizagem dos nossos alunos na atualidade, deixou de ser expressiva “temos forçosamente que tentar delinear esse amanhã para que a tarefa de hoje tenha sentido” (SÁ-CHAVES, 2002, p. 19). Complementando com Boaventura, o direito educacional é reconhecido como um dos direitos fundamentais em praticamente todos os países, porém para a sua garantia é preciso que a educação esteja inscrita em lei de caráter nacional. Este direito pode se manifestar “na lei, na jurisprudência, nos usos e costumes jurídicos, nos princípios gerais de direito e no poder negocial” (BOAVENTURA, 1993, p. 175).

Para que esse direito à educação seja garantido com todas as suas performances, deve incluir abertura para mudanças na busca incessante de melhores respostas às expectativas dos alunos, dos pais e dos professores. Essas escolas não podem mais ser exceções: fazer os sistemas educacionais evoluírem para se tornarem verdadeiros serviços públicos, que permitam que todos os alunos sejam incluídos em uma sociedade moderna e interativa é hoje uma necessidade e um desafio. A escola, conforme Assmann (2018), como lugar de vida e de aprendizagem, pode ser um catalisador da inovação ou, ao contrário, um freio.

Um freio a ser considerado, é se continuar segregando o aluno de família de baixa renda em escolas, muitas delas, sem condições de oferecer uma educação de qualidade com oportunidades de interação com equipamentos tecnológicos, materiais didáticos atualizados. A educação, ou o direito a ela, deve ser de forma

igualitária, sem eternizar a diferença do mais rico e mais pobre, onde um tem o privilégio de estar inserido no mundo tecnológico e o outro só tem acesso a materiais sucateados, desatualizados, como se observou em tempos de isolamento social, quando as escolas da periferia tiveram que fazer campanhas para conseguir equipar a escola e os alunos.

Quando o profissional da educação volta seu olhar para compreender a diversidade, para olhar o estudante como pessoa, enfatizando e respeitando suas limitações, refletindo criticamente sobre esse estudante, este profissional tem possibilidades de enfrentar mais adequadamente as implicações das condições de pobreza na realidade educacional de seus alunos. Atualmente vivemos em um período em que os movimentos sociais tentam reverter os processos de segregação, exclusão, seja ela social ou racial, pois sabe-se que a sociedade é excludente em todas as suas formas e maneiras de tratar o cidadão, e a educação está inserida nessas formas de exclusão, e com isso o educador também pode ser tratado como vítima ou como promotor da exclusão. Por isso, uma formação de qualidade é primordial para que não haja a reprodução no cotidiano escolar desses atos (MOURA, 2019).

Com o intento de suprir essa lacuna surge a busca, através de atos políticos, na busca da justiça social, da **Aprendizagem para Todos**, norteador da Agenda 2030 para a Educação.

Conforme dados obtidos no Guia de Desenvolvimento Sustentável (GDS) (2020), no dia 01 de janeiro de 2016 passou a vigorar a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) com o título "Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável". Essa Agenda estava constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas, que foram aprovadas pelos líderes mundiais, em 25 de setembro de 2015, na sede da ONU, em Nova Iorque (EUA).

A Agenda 2030 é considerada um marco para o desenvolvimento sustentável e coletivo na busca da evolução cooperativa e tecnológica a nível global. A implementação desta pretende trazer benefícios para as atuais e futuras gerações. Sua introdução na sociedade se fará de forma consistente e segura, sob obrigações de leis internacionais (ONU BRASIL, 2022). Líderes mundiais estiveram comprometidos em comum ação e esforço em uma ampla e universal agenda política.

> Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil (ONU BRASIL, 2022).

Este plano de ação, intitulado como "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", é constituído por 17 diferentes enfoques, selecionados por se tratarem dos principais problemas mundiais a serem amenizados e/ou resolvidos até o ano de 2030. Estes problemas envolvem a sociedade e os Estados-Membros, para que, juntos, possam resolver, unindo forças, tecnologia e inovação, os almejados objetivos de desenvolvimento sustentável, buscando implementar os Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos no ano de 2000 (MICHAELSEN, 2020).

Figura 1- Dinâmica de construção dos ODS reside nas parcerias

Fonte: sp.gov.br (2022)

Para a efetivação da Agenda 2030 é necessário estabelecer parcerias, (Figura 8), onde os governos dos países envolvidos deve se comprometer com as determinações regidas pelos objetivos da Agenda, com parcerias entre os poderes públicos e privado, a sociedade civil e academias.

A sala de aula é um espaço para refletir sobre o presente e o futuro. Muitas eletivas atualmente se propõem a olhar para questões contemporâneas a fim de preparar os estudantes para a vida. Uma maneira de esses temas adentrarem o espaço escolar é por meio dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Eles têm como linha de chegada a erradicação da pobreza, promoção do desenvolvimento sustentável, ambiental e econômico, ações em defesa do clima, educação de qualidade. São **17 ODS**, que buscam cumprir a chamada Agenda 2030, plano global da ONU (Organização das Nações Unidas) para atingir um mundo melhor. Introjetados na escola, tais objetivos podem aparecer na forma de diferentes projetos.

Trata-se de uma evolução dos 8 objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM), pois adota o desenvolvimento sustentável como princípio de organização para a cooperação mundial e os esforços de desenvolvimento, tanto dos governos, como de atores sociais e privados.

Figura 9- Objetivos de desenvolvimento sustentável

Fonte: http://www.itamaraty.gov.br

Nesse sentido, a Agenda 2030 é apresentada como “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, buscando fortalecer a paz universal com mais liberdade” (AGENDA 2030, 2015, [s.p] [on-line]). Traz ainda em seu texto que: “Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (AGENDA 2030, 2015, [s.p] [on-line]). Esse documento se constitui de 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais são expressos em 169 metas para o desenvolvimento sustentável e são objetivos globais.

Sendo que a erradicação da pobreza faz parte de muitos discursos políticos que usam essa situação de vulnerabilidade social para erguer um palco onde representa um papel de salvador da pátria usando a esperança e até ingenuidade do povo, que recebe com esperança as promessas vãs e sem responsabilidade. Portanto a pobreza se perpetua pois o povo fragilizado serve de massa de manobra para manter a governabilidade de muitos “coronéis”. Nesse sentido pode-se observar que a maioria dos governantes não tem em seus programas políticos algo efetivo para reverter essa situação.

Como uma possível solução surge a Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável que promete congregar em seu centro as principais questões e desafios nas áreas econômica, ambiental e social, de maneira integrada e transversal, sendo proposta universalmente, ou seja, para todos os países. O slogan da agenda “Não deixar ninguém para trás”, já demonstra a preocupação em atingir todos os grupos, com especial atenção os mais vulneráveis, contemplando às suas necessidades para que também alcancem as metas necessárias para o bem viver, para isso conta com o apoio dos 17 objetivos traçados foram elaborados e negociados através de um longo e complexo processo de discussão entre 2012 e 2015, sob as diretrizes colocadas pela resolução da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 (ONUBR, 2018).

Como já referido a erradicação da pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, o principal objetivo da Agenda 2030, sendo que em 2000, o mundo comprometeu-se em reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza e alcançou, nos anos seguintes, ganhos notáveis no desenvolvimento humano. Até 2015, a pobreza havia sido reduzida significativamente, o acesso ao ensino básico e os resultados da saúde melhoraram, bem como houve progresso na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres e meninas. No entanto, a erradicação da pobreza extrema continua a ser um desafio, com mais de 700 milhões de pessoas vivendo, globalmente, com menos de US$ 1,90 por dia e mais da metade da população global vivendo com menos de US$ 8,00 por dia (ONUBR, 2018).

Nesse sentido, Cabral e Galvão (2020) concluem através de seus estudos, que se faz necessário integrar os ODS a Educação e Sociedade, uma vez que se tem a oportunidade de “nos tornamos os próprios e as próprias agentes, auxiliando a alcançar metas, em níveis locais, [...] nossa chance de alcançar (ou não) os objetivos dentro do prazo” (CABRAL; GALVÃO, 2020, p. 14).

No começo do século Morin (2002) já afirmava que a Educação Básica deve promover aos estudantes uma formação e desenvolvimento humano global, para que sejam capazes de construir uma sociedade mais responsável, democrática, justa, ética, inclusiva, sustentável e solidária (NOVA ESCOLA, 2021, p.12). Dessa forma se entende que "ações educativas que visem à mitigação do impacto ambiental do lixo, devem inverter esta ordem, colocando em xeque a redução do consumo antes da reutilização e da reciclagem, processos que contemplam o gasto de energia e recursos" (SOLAIRE PARACATU, 2018, p. 15).

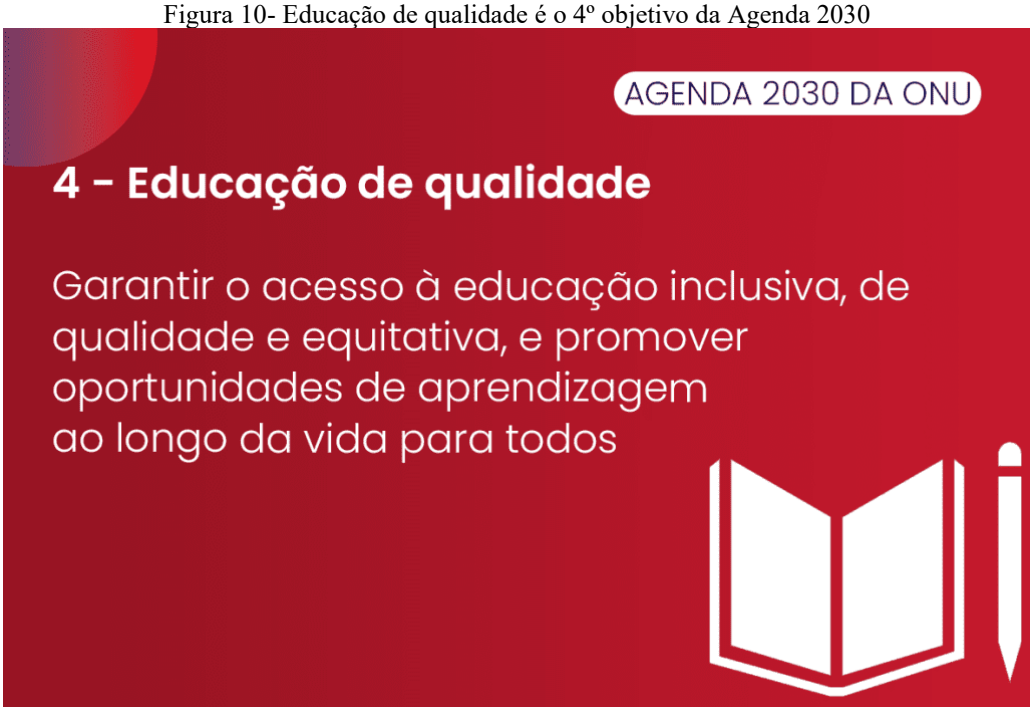
Complementamos com a afirmação de Zabala e Arnau (2014):

> Agora já não é suficiente adquirir alguns conhecimentos ou dominar algumas técnicas, apesar de ser de forma compreensiva e funcional. É necessário que o aluno seja cognitivamente "capaz" e, sobretudo, em outras capacidades: motoras, de equilíbrio, de autonomia pessoal e de inserção social. Não é suficiente saber ou dominar uma técnica, nem é suficiente sua compreensão e sua funcionalidade, é necessário que o que se aprende sirva para poder agir de forma eficiente e determinada diante de uma situação real. É nisso que estamos envolvidos (ZABALA; ARNAU, 2014, p.10).

É importante compreender a importância da escola nas informações técnicas, culturais, e no incentivo e conscientização da necessidade de desenvolver ações sociais, se envolvendo na abordagem e difusão da já referida Agenda na comunidade intraescolar, contribuindo para o avanço na implementação da mesma em âmbito local, pois todo o ponto de partida, mesmo que geograficamente distante, tem um ponto de convergência quando se torna abrangente.

De acordo com o que está previsto na BNCC, o estudante precisa estar preparado para promover intervenções sociais em seu espaço de convivência, transformando hábitos sociais, sendo questionador das situações, sendo assim motivado a desenvolver pesquisas e interpretação sobre os fatos sociais que estão presentes na sua vida cotidiano, e também na comunidade intraescolar (BRASIL, 2017). O que vem ao encontro do objetivo 4 da Agenda 2030.

Figura 10- Educação de qualidade é o 4º objetivo da Agenda 2030



Fonte: Agenda 2030

O objetivo 4 apresenta as seguintes metas:

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário
4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade
4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade
4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática
4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Scarpioni (2023), relata em seu artigo, que a Agenda 2030 é apresentada como uma proposta didático-pedagógica inter(trans)disciplinar, visando a construção de reflexões sobre as diversas problemáticas que envolvem o meio ambiente, “em suas várias facetas como o meio natural, artificial, cultural e de trabalho” (p.32). Dessa forma permite a inserção dos componentes curriculares em cada um dos ODS como subsídios das discussões, interpretações, e do atingimento das metas em situações reais em cada unidade escolar.

O ODS 4 e suas metas, “especialmente a meta 4.7 contribui para que os estudantes possam desenvolver um conjunto de habilidade’s específicas por meio da interdisciplinaridade”, e quando estas práticas são postas em prática, na sua totalidade, é possível reverter aspectos negativos, observando o seu cotidiano, e dessa forma, oportunizando a melhoria da qualidade de vida socioambiental local através da melhoria ambiental e qualidade de vida.

Nesse contexto de educação a nível global, a sustentabilidade passou a ser um tema importante para o mundo, que já há algum tempo, voltam a atenção para todos os setores da sociedade em busca de ações que promovam uma vida sustentável, e investidores passaram a procurar empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar recursos. Cujas aplicações são denominadas “investimentos socialmente responsáveis - SRI” e determinam que empresas sustentáveis gerem valor para os acionistas no longo prazo, devido a sua maior preparação para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais.

Os danos causados ao ambiente pelas atividades econômicas, (ex: marés negras, fugas radioativas) tem gerado preocupações crescentes entre os cidadãos e diversas entidades coletivas, pressionando as empresas para a observância de requisitos ambientais e exigindo a entidades reguladoras, legislativas e governamentais a produção de quadros legais apropriados e a vigilância da sua aplicação. Os meios de comunicação social e as modernas tecnologias da informação e da comunicação têm sujeitado a atividade empresarial e econômica a uma maior transparência.

A abordagem ambiental deixou de figurar como elemento diferencial de mercado e passou a ser encarada como filosofia de trabalho e sobrevivência organizacional, para algumas empresas (MENDES, 2011). Mais do que seguir as exigências da Lei, as empresas precisam estar preparadas para ser econômica, ambiental e socialmente correta, destacando assim que são realmente sustentáveis, podendo então, gerar algum diferencial competitivo exercendo aquilo que lhe é tido como obrigação nos dias atuais. Mas qual o papel da escola nesse cenário? Sabe-se que a educação do ser humano inicia na infância, salvo exceções que não cabe discussão nesse momento. As primeiras informações formais estão a cargo da escola, com seu currículo construído com respaldo em temas progressistas que possam levar a uma discussão à nível global, pois as informações que despertam a curiosidade da criança são como sementes que germinam e vão abrindo espaço para atingir seu ápice. Portanto, são discussões que serão aprofundadas a medida que o

amadurecimento vai surgindo. E o papel da escola é ir incentivando, oferecendo subsídios e oportunidades de discussão.

Importante a pedagogia da práxis de Gadotti (1998) que reconhece que a contradição e o conflito são inerentes à sociedade, não os nega, mas tomando o vocábulo "práxis" com o sentido de "ação" como no original da língua grega, entende a educação como ação transformadora, pois considera o ser humano um ser inacabado, sempre em busca para se completar e por isso, transformador.

O debate acerca da qualidade educacional ocorre a nível mundial, pois, com a globalização através do mundo midiático, as dificuldades que passam os cidadãos do mundo, como a fome, o analfabetismo, a subjugação, escravidão política e social, ficou visível, chamando a atenção da sociedade mundial, mobilizando as agências internacionais nas políticas nacionais e internacionais possibilitando que surjam formas diferenciadas de regulação, mesmo que os Estado mantenham a sua autonomia, importando é a oportunidade que todos tem de se inserir em projetos que incentivam à uma educação de qualidade para todos os povos (AKKARI, 2011, *apud* SAKATA, 2020). Neste sentido, a ideia de que a nossa política educacional seja "determinada" por uma agenda internacional não vislumbra contradições presentes e nem conflitos ideológicos.

A educação pública pode se tornar mais um espaço de valorização do valor, com propostas internacionais para a Educação Básica pública. Nesse sentido se encontra como objetivos específicos: 1) analisar a proposta da Unesco para a Educação 2030 e as reformas que propõe para a educação, observando as medidas que recomenda ao Estado; e 2) analisar suas propostas para o engajamento do capital na educação básica pública das próximas décadas (SOUZA, 2022).

A Unesco (2015, p. 27) ao se referir sobre a Agenda 2030 e sua visão de educação:

> A essência da Educação 2030 concentra-se no nível nacional. Os governos têm a responsabilidade principal de cumprir com o direito à educação e desempenham um papel central como guardiões do gerenciamento e do financiamento eficiente. [...] O papel do Estado é crucial para regular padrões, melhorar a qualidade e reduzir disparidades entre regiões, comunidades e escolas.

O documento apresenta um roteiro de regulamentação e propostas de implementação de políticas e normas, o que faz com que o Estado apareça como protagonista que se coloca acima dos interesses de classes, mesmo que seu papel seja de "[...] garantir os fundamentos da acumulação capitalista e promover a legitimação da ordem social vigente" (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 142).

Valorizando a aprendizagem ao longo da vida, com o slogan de "sem deixar ninguém para trás", a Agenda 2030 deixa clara a intensão de acompanhar essa educação, e, através dos resultados direcionar políticas públicas que contemplem as necessidades de todos, como esclarece Pronko (2014, p. 108), "[...] promove-se, assim, o estabelecimento de uma relação direta (e estreita) entre financiamento e resultados". Inclusive, uma das metas é desafiar e expor a má utilização dos recursos e melhorar a governança", para

garantir que populações mais vulneráveis e países menos desenvolvidos não sofram pelo uso ineficiente dos recursos. “Para tal, recomenda-se que a parceria com o setor privado busque garantir essa transparência e responsabilização” (UNESCO, 2015, p. 36).

Quando se descentraliza a educação de suas instituições públicas formais e deixa-se em aberto outros espaços de aprendizagens, abre-se espaço para a presença efetiva do setor privado, que já se encontram presente nas recomendações que englobam, inclusive, as experiências no mercado de trabalho atreladas à certificação, o que é fundamental para a expansão trabalhista, o que é incentivado pelo BM (2019), que em seu relatório deixa claro o objetivo de formação de jovens e adultos associada a estágio em empresas privadas, principalmente para os mais pobres, em consonância com a Agenda 2030.

Pronko (2014, p. 108) faz o seguinte relato:

> O papel do setor privado em educação cresce e se alarga, de um lado, mediante a capacidade de orientar corretamente a adequação das oportunidades de aprendizagem oferecidas às necessidades da atividade econômica, aumentando-se a eficiência do investimento e promovendo, portanto, a assim redefinida “qualidade”; de outro lado, favorecendo a expansão dos provedores privados de educação, dentro e fora do sistema educacional, por meio da criação e do aprimoramento das “oportunidades de aprendizagem” em mercados formais e informais de formação. (grifos da autora).

Se observa em várias etapas do documento, a indicação de parcerias eficazes, claras e rígidas, em todos os âmbitos (local, regional, nacional e internacional) (UNESCO, 2015, p. 1), ainda que esses parceiros não sejam identificados, sugerindo-se genericamente que se trate de atores não estatais. A importância atribuída aos atores não estatais escora-se na justificativa de que “[...] o ambicioso objetivo educacional não pode ser alcançado apenas pelos governos” (UNESCO, 2015, p. 29).

O desenvolvimento sustentável é o foco a ser seguido e a educação na Agenda 2030, está incorporada nas diretrizes e metas que levam ao caminho da economia, política, educação e ecologia. Para realmente efetivar as normas e objetivos da agenda é necessário apresentar as teorias que objetivam explicar a relação entre educação e desenvolvimento que influenciaram políticas para a área educacional, principalmente a partir de 1950 (SOUZA, 2022).

Para o cumprimento das metas, é necessário que Estados e Municípios integrem a Agenda 2030 aos seus planos de governo. Nesse sentido, existem campanhas para a promoção da Agenda no Brasil, sob responsabilidades de setores da ONU. Uma das medidas de divulgação levou a Unesco a firmar parceria com a TV Escola com o sentido de divulgar os objetivos dos ODS, focada no Objetivo nº 4 sobre educação. Além disso, parcerias com institutos de pesquisa privados; curso para professores sobre zonas de mudança climática, ofertado pela Unesco e o MEC; acordo com o conselho de voluntariado empresarial e sua importância para o cumprimento das ODS são alguns exemplos encontrados no *Roteiro* sobre como a ONU e suas entidades iniciaram suas articulações para direcionar aos governos o compromisso com a Agenda 2030 (ONU, 2016).

A ONU tem responsabilidade de acompanhar e coordenar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em âmbito global, por meio de seus grupos em cada país, essa norma encontra-se na Declaração de Incheon, A Unesco e partes interessadas são corresponsáveis pela implementação da Agenda, prestando consultoria, apoio financeiro e monitoramento. O Comitê Diretivo para a Educação 2030 (CD 2030) será responsável pela construção mais ampla da agenda e ajudará os Estados-membros na sua execução. Souza (2022) relata que o CD (Comitê Diretivo para a Educação 2030), é composto pela Unesco, os Estados-membros, o Unicef, o BM, a Parceria Global para Educação (*Global Partnership for Education* – GPE), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e por representantes de ONGs e de organizações de professores, que se reunirão ao menos uma vez por ano (SOUZA, 2022).

Ao analisar a Agenda 2030 se constata que ela apresenta sete metas para a educação do desenvolvimento sustentável, sendo que a frase *aprendizagem ao longo da vida* aparece 22 vezes na *Declaração de Incheon e Marco da ação*. Esse conceito é o *guia* para a Agenda 2030, incutindo estrategicamente a compreensão de que é preciso ter oportunidades para aprender, e o modelo educativo formal não responde a todas essas necessidades, principalmente na aquisição das "[...] competências que os indivíduos precisam desenvolver para contribuir com o crescimento econômico dos seus países" (PRONKO, 2014, p. 106).

Mas sabe-se que de nada adianta uma agenda bem construída e ampla sem o empenho dos professores, figura fundamental para a realização da Agenda 2030 para a Educação. Por esse motivo, a Unesco (2015, p. iv) ressalta a necessidade "[...] professores empoderados, recrutados adequadamente, bem treinados, qualificados profissionalmente, motivados e apoiados em sistemas que disponham de bons recursos e sejam eficientes". As políticas para formação docente, de acordo esse Organismo Multilateral (OM), devem compreender todos esses parâmetros, pois, além de melhorar a qualidade do ensino, também melhorarão o *status* do professor (UNESCO, 2015).

Pela importância de seu engajamento, os termos "professores e educadores" aparecem no corpo do documento acompanhados da indicação de que a educação pré-primária obrigatória, de pelo menos um ano, deve ser realizada por educadores com formação comprovada, para que as crianças tenham um desenvolvimento holístico e de qualidade (UNESCO, 2015, p. 15).

Uma visão holística, segundo o documento, compreende a educação "[...] como inclusiva e crucial na promoção da democracia e dos direitos humanos, da cidadania global, da tolerância e do engajamento civil, bem como do desenvolvimento sustentável" (UNESCO, 2015, p. 7). Por qualidade, compreende uma educação que promova criatividade, conhecimento, habilidades básicas em alfabetização, matemática, análise e resolução de problemas, bem como habilidades interpessoais e sociais que desenvolvam valores e atitudes (SOUZA, 2022).

O documento pontua que o êxito no alcance dos objetivos da educação não está apenas em garantir

o acesso, mas também em acompanhar de fato as aprendizagens e habilidades que as crianças estão adquirindo dentro da escola. Em seguida, anuncia que sistemas educacionais precisam ser relevantes e responder prontamente a mercados de trabalho que mudam com rapidez. Ainda afirma que crianças e jovens precisam desenvolver ao longo de suas vidas competências para viver e trabalhar em um mundo mais seguro, guiado pela tecnologia, e a Educação 2030 garantirá que todos desenvolvam essas habilidades, mas para isso será necessário matricular centenas de milhões de crianças e adolescentes nos sistemas educacionais (UNESCO, 2015).

Pimentel (2019) ressalta que que para potencializar o ODS da perspectiva da educação de qualidade, é imprescindível o desenvolvimento de tópicos temáticos, a saber: educação como um direito fundamental; aprendizagem ao longo da vida; diversidade e educação inclusiva; comportamentos necessários para promover o desenvolvimento sustentável; empoderamento dos grupos marginalizados e dos jovens; dentre outros (UNESCO, 2017). A junção destes temas tem como finalidade a promoção de esforços conjuntos para melhorar a qualidade da educação e a distribuição equiparada do acesso a educação básica em nível mundial e seus desdobramentos na esfera local. As questões do Brasil são pensadas a partir da adequação das metas da ONU à realidade da educação brasileira, apresentadas na figura 4.

Quadro 4 – Realidade da Educação

Metas ONU	Metas adaptadas
Meta 4.1 (ONU) – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Meta 4.1 (Brasil) – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.
Meta 4.2 (ONU) – Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Meta 4.2 (Brasil) – Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância e acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.
Meta 4.3 (ONU) – Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e	Meta 4.3 (Brasil) – Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros exemplos) de acesso e permanência à

superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade.	educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.
Meta 4.4 (ONU) – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Meta 4.4 (Brasil) – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
Meta 4.5 (ONU) – Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Meta 4.5 (Brasil) – Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.
Meta 4.6 (ONU) – Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Meta 4.6 (Brasil) – Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.
Meta 4.7 (ONU) – Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Meta 4.7 (Brasil) – Meta mantida sem nenhum tipo de alteração ou adaptação.
Meta 4.a (ONU) – Construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Meta 4.a (Brasil) – Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
Meta 4.b (ONU) – Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento – em particular, os países menos desenvolvidos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos – para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e comunicação (TIC), programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Meta 4.b (Brasil) – Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento – em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos – para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.

Meta 4.c (ONU) – Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento; especialmente, os países de menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Meta 4.c (Brasil) – Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

Fonte: Pimentel (2019).

Desde a existência da humanidade o Planeta Terra passa por processos de intervenção antrópica[1], tendo em vista a sobrevivência e a evolução, em alguns casos com ações não sustentáveis (MOREIRA; SANTOS, *et al.*, 2022). No mesmo sentido Jatobá (2011) diz que atualmente observa-se a degradação contínua do meio ambiente, no processo de esgotamento de recursos naturais e na vulnerabilidade dos seres vivos. Para reverter essa situação é necessário ações coletivas e urgentes, através de envolvimento das nações para a sustentabilidade e a resiliência dos territórios. Um exemplo de acordo coletivo atual é a Agenda 2030, da qual o Brasil é signatário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda 2030 representa uma construção global que propõe um novo paradigma para o desenvolvimento sustentável, cuja efetivação requer ações concretas e integradas nas esferas econômica, ambiental, social e educacional. Ao longo deste estudo, constatou-se que a escola, enquanto espaço formativo, possui um papel decisivo na consolidação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo o ODS 4, que trata da promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa. Essa meta, como destacado por Scarpioni (2023), deve ser tratada sob uma abordagem inter e transdisciplinar, permitindo a integração dos conteúdos curriculares com os problemas reais enfrentados pelas comunidades escolares.

Para além da simples transmissão de conteúdos, espera-se da escola a capacidade de provocar reflexões críticas que articulem o conhecimento escolar ao cotidiano dos estudantes e à realidade social em que estão inseridos. Esse é o princípio que fundamenta a pedagogia da práxis defendida por Gadotti (1998), que compreende a educação como uma ação transformadora, em constante diálogo com as contradições e os conflitos sociais. A escola torna-se, assim, um território privilegiado para disseminar valores éticos, ambientais e democráticos, alinhados ao espírito da Agenda 2030.

No entanto, cumprir com os compromissos assumidos implica reconhecer que a simples existência de metas globais não assegura sua implementação efetiva nos territórios locais. Como apontam Pronko (2014) e Souza (2022), os resultados educacionais são diretamente influenciados pela gestão dos recursos,

[1] Resultante da ação do homem, especialmente em relação às modificações no ambiente, na natureza, causadas por essa ação. Fonte: Dicionário online de Português; (2023). https://www.dicio.com.br/antropica/

pelo envolvimento do setor público e privado e pela atuação de organismos internacionais na condução das políticas educacionais. Nesse cenário, é crucial que o Estado assuma seu papel de regulador e financiador da educação, garantindo que as metas da Agenda 2030 sejam apropriadas às realidades regionais, considerando as desigualdades estruturais ainda persistentes.

Observa-se também que a vinculação entre educação e desenvolvimento sustentável exige a participação ativa dos educadores, cuja formação e valorização são destacadas pela UNESCO (2015) como pilares fundamentais. Não basta definir metas e indicadores de desempenho sem investir em professores preparados, motivados e apoiados por sistemas educacionais eficientes. A implementação da Agenda depende diretamente da atuação desses profissionais, que devem ser capazes de traduzir os objetivos globais em práticas pedagógicas contextualizadas, acessíveis e significativas para todos os alunos.

Outro ponto relevante é a crescente presença do setor privado nas políticas educacionais, como evidenciado por Pronko (2014) e relatado por instituições como o Banco Mundial. A ampliação de parcerias e a flexibilização de modelos de ensino indicam uma reconfiguração das responsabilidades entre o público e o privado, especialmente no que se refere à qualificação profissional e à inserção no mercado de trabalho. Embora tais iniciativas possam contribuir para a inovação e a expansão do acesso, é necessário manter o foco na equidade, para que não se acentuem ainda mais as desigualdades existentes no sistema educacional.

A partir de todas essas reflexões, reafirma-se que a Agenda 2030 somente será efetiva se houver um compromisso contínuo com o fortalecimento da educação pública, com a inclusão de temáticas socioambientais nos currículos e com a criação de espaços de diálogo e participação democrática dentro e fora da escola. Conforme destaca Pimentel (2019), é necessário valorizar a educação como um direito humano e um bem comum, promovendo aprendizagens significativas ao longo da vida, capazes de transformar realidades e fomentar uma cultura de paz, justiça e sustentabilidade.

Acredita-se que o sucesso da Agenda 2030 passa, inevitavelmente, pela consolidação de uma educação que reconheça a diversidade, que forme cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, e que contribua com a superação da pobreza, das desigualdades e da degradação ambiental. A escola é o espaço estratégico para essa transformação — desde que haja vontade política, recursos adequados, compromisso docente e articulação entre os diversos setores da sociedade. “Não deixar ninguém para trás” só será possível com educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. A educação básica no Brasil: dilemas entre equidade e qualidade. In: SAKATA, Aparecida Neri de Souza. Educação e equidade. São Paulo: Cortez, 2020. p. 97-114.

ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 2018.

BOAVENTURA, Santos de Sousa. Direito dos oprimidos. 4. ed. Porto: Afrontamento, 1993.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: jul. 2025.

CABRAL, Amanda; GALVÃO, Fernanda. ODS: educação, sustentabilidade e território. Curitiba: CRV, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GADOTTI, Moacir. Educação e sustentabilidade: uma introdução à educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1998.

JATOBÁ, Antônio. Meio ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Isabela. Gestão ambiental e sustentabilidade: fundamentos e práticas organizacionais. São Paulo: Atlas, 2011.

MICHAELSEN, Rodrigo. ODS: os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. São Paulo: Senac, 2020.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, política social e direitos sociais no Brasil contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Luiz Cláudio; SANTOS, Rodrigo dos et al. Desenvolvimento sustentável: desafios e oportunidades no século XXI. Salvador: Edufba, 2022.

MOURA, Tatiane. Educação e pobreza: reflexões sobre o cotidiano escolar. Curitiba: Appris, 2019.

NOVA ESCOLA. Agenda 2030 e ODS: uma proposta para educação básica. São Paulo: Fundação Lemann, 2021.

ONU BRASIL. Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável. Brasília: Nações Unidas no Brasil, 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: jul. 2025.

OLIVEIRA, Romualdo; ARAÚJO, Ulysses F. Qualidade na educação: uma nova dimensão a considerar. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 245-271, maio/ago. 2005.

PIMENTEL, Geovana da Silva. Educação e desenvolvimento sustentável: desafios e perspectivas na agenda 2030. Brasília: UNESCO, 2019.

PINTO, Paulo de Andrade; DIAS, Roseli Aparecida. Direitos humanos e cidadania: fundamentos e práticas educativas. São Paulo: Cortez, 2018.

PRONKO, Marcela. Educação e desenvolvimento sustentável: análise da Agenda 2030. In: ALGEBAILE, Eveline (Org.). Educação e desenvolvimento no século XXI. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2014. p. 103-120.

SÁ-CHAVES, Isabel. A formação de professores e a profissionalidade docente. Porto: Porto Editora, 2002.

SCARPIONI, Débora. Educação para o desenvolvimento sustentável na escola. Revista Científica da Educação, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 30-40, 2023.

SOLAIRE PARACATU. Educação e meio ambiente. Paracatu: Solaire, 2018.

SOUZA, Rosângela Aparecida. A Agenda 2030 e o direito à educação: uma análise das recomendações internacionais para a educação pública. São Paulo: Outras Letras, 2022.

UNESCO. Educação 2030: declaração de Incheon e marco de ação para a realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/. Acesso em: jul. 2025.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Artmed, 2014.